

Questões Éticas na Pesquisa em Design: uma Abordagem Sobre os Relatos da Produção Científica

Ethical questions in the research in design: a boarding on the reports of the scientific production

Paschoarelli, Luis Carlos; Dr; LEI – PPGDI – FAAC/UNESP
Carmo, Cristina do Lucio; Mestranda; LEI – DDI – FAAC/UNESP
Razza, Bruno Montanari; Mestrando; LEI – DDI – FAAC/UNESP
Silva, José Carlos Plácido da; Dr; LEI – PPGDI – FAAC/UNESP
Silva, Danilo Corrêa; Graduando (IC); LEI – DDI – FAAC/UNESP

Resumo

O design brasileiro se caracteriza por uma constante evolução, principalmente nos âmbitos acadêmico e científico, exigindo novas reflexões metodológicas e, conseqüentemente, novos cuidados éticos. O objetivo deste estudo foi verificar se os aspectos éticos na pesquisa em design que envolva seres humanos, estão sendo relatados nos principais meios de divulgação científica, o que pode representar um panorama preliminar sobre as considerações éticas nesta pesquisa. Os resultados reiteram a necessidade de ampliar os cuidados éticos.

Palavras Chave: etica; design; método científico

Abstract

Brazilian Design if characterizes mainly for a constant evolution, in the scopes academic and scientific, demanding new methodologicals reflections and new ethical cares. The objective of this study was to verify if the ethical aspects in the research in design, that it involves human beings, are being told in the main ways of scientific spreading, what it can represent a preliminary panorama on the ethical considerations in this research. The results reiterate the necessity to extend the ethical cares.

Keywords: ethics; design; scientific method

1. Introdução

A implantação e o desenvolvimento do design no Brasil podem ser observados sob diferentes prismas, envolvendo tanto os aspectos produtivos, associados à própria evolução da indústria e comércio brasileiros, quanto os aspectos de ensino e pesquisa, analisando especialmente a criação e expansão dos cursos de graduação e pós-graduação.

Ambas abordagens já foram descritas por vários autores e atores da ação projetual, tratando de modo especial do ensino do design, quando da implantação dos cursos de graduação – iniciado pela Escola Superior de Desenho Industrial, na década de 1960; das diferentes evoluções dos currículos mínimos; e das próprias perspectivas de progressão das especificações de cada sub-área: Design de Produto, Design Gráfico, Design Ergonômico, Design Informacional, Design de Superfícies, entre inúmeras outras.

Na década de 1990 é iniciada a pós-graduação *stricto sensu* em design, com o pioneirismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e o surgimento dos congressos científicos nesta área do conhecimento, iniciado em 1994, na cidade de São Paulo, com o Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design – P&D Design, o qual iria se estabelecer até os dias atuais como o principal meio de divulgação científica em design no Brasil.

A evolução da pós-graduação *stricto sensu* em design no Brasil (M – Mestrado / D – Doutorado) atingiu – nos dias atuais – o estabelecimento de oito programas recomendados pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, localizados nas seguintes instituições, cidades e estados:

- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (M/D), Rio de Janeiro, RJ;
- Universidade Estadual Paulista – UNESP (M), Bauru, SP;
- Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ (M), Rio de Janeiro, RJ;
- Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (M), Recife, PE;
- Universidade Federal do Paraná – UFPR (M), Curitiba, PR;
- Universidade Anhembi-Morumbi – UAM (M), São Paulo, SP;
- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (M), Florianópolis, SC; e
- Centro Universitário SENAC-SP (M), São Paulo, SP.

Além desses programas (e outros que estão por surgir), contabiliza-se também uma série de grupos de pesquisa na área do design, espalhados em diferentes regiões, vinculados principalmente a universidades e instituições de ensino e pesquisa, o que fortalece a área de conhecimento junto à comunidade científica nacional, bem como, contribui expressivamente na formação do conhecimento técnico-teórico da área.

Mas essa próspera evolução conduz a novas indagações, principalmente quanto ao amadurecimento e/ou fortalecimento das bases

teóricas e metodológicas dessa pesquisa. E entre as mais diferentes questões, destaca-se aquela que trata dos aspectos éticos da pesquisa em design, particularmente naqueles casos em que há a participação de usuários (sujeitos) em estudos de caso, abordagens epidemiológicas ou na pesquisa social, já que há diretrizes governamentais que estabelecem regras para isso.

Este estudo discute o quanto estão sendo considerados os aspectos éticos da pesquisa em design, particularmente a que envolve a participação de seres humanos.

2. Revisão Bibliográfica

2.1. Ética: uma breve conceituação

O conceito de ética não apresenta uma definição consensual, pois depende dos aspectos culturais, filosóficos e morais de cada indivíduo ou comunidade.

Do ponto de vista etimológico, o termo ética tem origem do grego *ethiké* (ou *ethos*), que significa “costume”; e pode ser considerado um ramo da filosofia ou da axiologia, pois apresenta como objeto de estudo os valores e juízos valorativos, analisando os aspectos morais daquilo que é certo ou errado na conduta humana.

Segundo Ladrière (1994), o termo moral (originário do latim *mores*) também significa “costume” e se caracteriza pelo aspecto subjetivo da normatividade da ação reconhecida pelo sujeito operante, enquanto que ética é utilizado para designar as regras normais da ação, sob o ponto de vista cultural do grupo social ao qual será submetido a ação. Observa-se que os aspectos éticos do comportamento humano baseiam-se em valores culturais e morais de uma determinada comunidade ou sociedade, e são variavelmente dinâmicos em sua dimensão espacial e temporal. Nas atitudes humanas programadas, os aspectos éticos podem ser previamente esclarecidos, permitindo uma ação social equitativa dos indivíduos. Neste sentido, qualquer ação previamente planejada deve considerar os questionamentos relativos às suas conseqüências.

Por outro lado, a moral de Kant indica uma concepção de ética sob a forma de um procedimento prático, implicando em uma universalização da ética, baseada no pressuposto de que uma ação é moralmente boa quando pode ser universalizável, ou seja, uma ação ética é aquela cujos princípios podem valer para todos ou, ao menos, seria desejável que valessem para todos (ABRAÃO, 1999).

De acordo com Ladrière (1994), o questionamento de ordem ético surge no momento em que é “... necessário realizar uma reflexão sobre a ação”, ou seja, há uma questão ética na ocasião em que “... é feito um apelo à iniciativa do homem, enquanto essa iniciativa não é condicionada (inteiramente em todo o caso) pelo curso das coisas, pela necessidade natural” (p. 29).

Para Zajdsznajder (1993), “... uma questão é ética quando se refere a ações humanas julgadas segundo a perspectiva de serem boas,

corretas, acertadas (...) a luz de uma vida humana boa e digna” e, portanto, “... encontra-se indissoluvelmente ligadas às idéias sobre a vida humana como um todo” (p. 15). Neste sentido, o contexto ético difere-se de outros contextos, como por exemplo o jurídico, o psiquiátrico, o profissional e outros, cujas significações e modos de funcionamentos são fornecidos por disposições institucionais, enquanto que o contexto ético caracteriza-se por “... uma dimensão que pertence, constitutivamente, à existência”. (p. 65).

O homem, enquanto ser biológico, pode ser considerado como uma coisa entre outras, no qual seu devir seria inteira e adequadamente regido pelas regularidades que caracterizam o funcionamento dos sistemas vivos, e não haveria qualquer problema ético quando o estudamos; mas, de fato, o que o caracteriza é sua consciência sobre o existir, e a significação sobre seu organismo.

As questões éticas podem ser estabelecidas nos seguintes espaços da atividade humana, a saber:

- *da reflexão ética*, onde se buscam as razões ou justificativas para os atos adotados (seguindo ou não uma determinada regra);
- *das normas e códigos*, ou espaço do discurso e das instituições sociais em que se afirmam os deveres e as expectativas dos atores envolvidos;
- *dos conceitos éticos*, onde são constituídos as interligações dos discursos éticos, dos juízos e das reflexões; e
- *das teorias éticas*, ou elaborações filosóficas que conduzem a elucidação da natureza da situação ética, elucidação conceitual (razões para o atendimento às normas éticas); e elucidação das questões e respostas (o que é vida humana?).

Quanto às ciências humanas e sociais, o impacto dos aspectos éticos envolvidos está relacionado à compreensão das formas de arranjo social ou humano e às etapas das transformações diante o avanço técnico-científico, o que deve ser necessariamente considerada nas pesquisas científicas dessas áreas do conhecimento.

Para Ladrière (1994), a ética implica em consciência dos agentes (pesquisador e pesquisado); em liberdade e autonomia dos agentes e em responsabilidade.

2.2. Ética: regulamentação na pesquisa

O conhecimento científico e tecnológico apresenta como pressuposto básico, a busca pela evolução da qualidade e dignidade da vida humana, e utiliza os meios e recursos da pesquisa científica, para alcançar seus objetivos.

Deste modo, poderíamos simplesmente reiterar que toda pesquisa científica pressupõe a consideração de princípios éticos básicos nos seus procedimentos metodológicos e nas suas aplicações tecnológicas. Na prática, o “objetivo da ética na pesquisa é assegurar que ninguém seja prejudicado ou sofra conseqüências adversas devido às atividades de

pesquisa” (COOPER; SCHINDLER, 2003, p. 110). Mas os resultados da ciência moderna nem sempre apoiam-se em tais princípios. A História desta ciência demonstra diferentes exemplos, com destaque para um dos principais personagens da ciência e tecnologia moderna.

Alberto Santos-Dumont, ao final da década de 1910 e decepcionado com ação dos aeronautas na Primeira Guerra Mundial, afirma: “... nunca, porém, nos veio a idéia de que (...) pudessem desempenhar funções destruidoras nos combates. Bastante conheci todos esses sonhadores, centenas dos quais deram a vida pela nossa idéia, para poder agora afirmar que jamais nos passou pela mente, pudessem, no futuro, os nossos sucessores, ser “mandados” a atacar cidades indefesas, cheias de crianças, mulheres e velhos e, o que é mais, atacar hospitais...” (SANTOS-DUMONT, 2000, p. 14).

Este exemplo ilustra um questionamento ético relativo às aplicações e conseqüências da evolução científica-tecnológica (particularmente o caso da aviação), mas, de fato, os problemas éticos vistos na pesquisa atual, normalmente se estabelecem nos procedimentos metodológicos desta pesquisa, principalmente naqueles casos em que há o envolvimento de seres humanos.

Os maiores exemplos de falta de ética nos métodos e procedimentos de pesquisas científicas envolvendo seres humanos remontam da Segunda Guerra Mundial. Com a descoberta dos atos desumanos praticados pelos nazistas em nome do desenvolvimento científico do *III Reich*, as sociedades ocidentais propuseram a criação de um código de normas e diretrizes éticas que restringissem e controlassem a atuação de pesquisadores (também denominado de Código de Nuremberg), por melhores que fossem suas intenções.

Assim, foi estabelecida a idéia de que a ciência não pode ser mais importante que a vida e o bem estar humanos. Atualmente, como conseqüência desse histórico sombrio, os governos de vários países tende a proibir muitos tipos de pesquisas médicas, privando a população de alguns avanços importantes conquistados recentemente (COOPER; SCHINDLER, 2003).

No Brasil, a regulamentação sobre a participação de seres humanos em pesquisa científica dá-se pela Resolução Nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde. Esta resolução fundamenta-se no Código de Nuremberg, de 1947; na Declaração dos Direitos do Homem, de 1948; na Declaração de Helsinque de 1964, e suas revisões de 1975, 1983 e 1989; no Acordo Internacional Direitos Civis e Políticos da Organização das Nações Unidas de 1966; nas Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos, do *Council for International Organizations of Medical Sciences / World Health Organization*., de 1982 e 1993; e nas Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos, também do *Council for International Organizations of Medical Sciences / World Health Organization*, de 1991. Além disso, cumpre as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil (1988); do Código de Direitos do Consumidor; Código Civil e Penal; do Estatuto da Criança e do Adolescente; e outros elementos legais.

Segundo a Resolução Nº 196/1996, a “eticidade” em pesquisa implica em quatro princípios básicos:

- *Autonomia*, ou consentimento livre e esclarecido dos indivíduos e proteção dos grupos vulneráveis e legalmente incapazes;
- *Beneficência*, ou ponderação entre riscos/benefícios, atuais e potenciais, individuais e coletivos, objetivando o aumento nos benefícios e a minimização extrema dos riscos;
- *Não Maleficência*, ou plena garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- *Justiça e Equidade*, ou relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos, com igual consideração dos interesses.

Para esta mesma resolução, as pesquisas que envolvem seres humanos, quer numa abordagem individual ou coletiva, direta ou indiretamente, em sua totalidade ou partes do indivíduo, incluindo a manipulação de informações ou materiais, devem ter seus projetos submetidos aos Comitês de Ética em Pesquisa, então caracterizados como “... colegiados interdisciplinares e independentes, com "*munus público*", de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 1996).

Por este motivo, os comitês de ética em pesquisa normalmente entendem que, mesmo as entrevistas, aplicações de questionários, utilizações de banco de dados e revisões de protuários, sejam pesquisas que envolvem seres humanos, e que, independente do nível da pesquisa (iniciação científica, graduação, mestrado ou doutorado, de interesse acadêmico ou científico) devem ser submetidas à avaliação sob o ponto de vista ético.

Na prática, os comitês de ética em pesquisa registrados no Conselho Nacional de Ética em Pesquisa exigem inúmeros quesitos para aprovação de um projeto, entretanto podemos destacar a aplicação do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, uma vez que, segundo esta resolução o “... respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa” (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 1996).

3. Objetivos

Considerando os aspectos tratados e as questões apresentadas anteriormente, propôs-se com esse estudo verificar se os aspectos éticos na pesquisa em design, que envolva seres humanos, estão sendo relatados nos principais meios de divulgação científica da área do design, o que pode representar um panorama preliminar sobre as considerações éticas nesta pesquisa.

4. Metodologia

4.1. Objeto de Estudo

Foram analisados 2123 artigos científicos completos, nos seguintes periódicos:

- Anais do USIHC - Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade, Design de Interfaces e Interação Humano-Computador, nas edições de 2003; 2004; 2005 e 2006;
- Anais do ERGODESIGN - Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humano-tecnologia: Produtos, Informação, Ambiente Construído, Transporte e I Simpósio Internacional de Design Ergonômico e Interfaces, nas edições de 2002; 2003; 2004; 2005 e 2006);
- Anais do Congresso Internacional de Pesquisa em Design – Brasil, nas edições de 2003 e 2005;
- Anais do P&D Design - Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, nas edições de 2000; 2002; 2004 e 2006;
- Revista Educação Gráfica, nas edições de 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006; e
- Revista Estudos em Design, na edições de 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

A escolha por esses bancos de dados (anais de eventos e revistas) deu-se pela representatividade e expressividade com que são caracterizados na área do conhecimento do design.

4.2. Critérios Avaliados

Foram avaliados os seguintes critérios:

- Número de artigos que descreveram a participação de sujeitos (seres humanos);
- Número de artigos que descreveram o atendimento a (quaisquer) critérios éticos;
- Número de artigos que descreveram a submissão do projeto de pesquisa (originário da publicação) à um Comitê de Ética em Pesquisa.

4.3. Procedimentos

Considerando os objetivos propostos, e que parte dos artigos estavam em formato impresso, no caso das revistas; e outra parte em formato digital, no caso dos anais; optou-se por realizar procedimentos de análise distintos.

Para os artigos impressos, recorreu-se à leitura completa dos mesmos; já nos artigos encontrados nas mídias digitais (CD-ROMs dos anais dos eventos), realizou-se uma busca através dos comandos “Ctrl + L” ou “Ctrl + F”; dos seguintes termos “chaves” e sequência:

- “Sujeitos”, “Participantes”, “Indivíduos”, “Pessoas”;
- “Consentimento”, “Permissão”, “Autorização”; e
- “Comitê”, “Comissão”, “Ética”;

Neste caso, a identificação dos quatro primeiros termos indicava que o experimento, estudo ou abordagem, descritos pelo artigo, envolveram a participação de sujeitos (seres humanos), atendendo ao primeiro critério a ser avaliado.

A identificação dos três termos seguintes indicava que o experimento, estudo ou abordagem, descritos pelo artigo, havia considerado ou atendido os critérios éticos na pesquisa e, conseqüentemente, ao segundo critério avaliado.

Já a identificação dos três últimos termos indicava que o experimento, estudo ou abordagem, descritos pelo artigo, haviam submetido o projeto de pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa.

É importante destacar que, em ambos os procedimentos, realizou-se uma leitura atenta aos aspectos metodológicos descritos nos artigos, principalmente quando da participação de sujeitos.

Outro aspecto a ser considerado trata do elevado número de artigos que relatam experimentos, estudos ou abordagens, sem que sejam considerados os critérios mínimos do estilo de texto científico, dificultando a busca de informações e organização das proposições.

5. Resultados

Para cada um dos anais (USIHC – Tabela 01; ERGODESIGN – Tabela 02; Congresso Internacional de Design – Tabela 03; e Congresso P&D Design – Tabela 04) e revistas (Educação Gráfica – Tabela 05; Estudos em Design – Tabela 06) analisados, foram organizadas tabelas descrevendo, por ano, o número de artigos; número de artigos que demonstram a participação de sujeitos (seres humanos); número de artigos que demonstram o atendimento a critérios éticos; e número de artigos que demonstram a submissão do projeto de pesquisa originário do estudo a um comitê de ética em pesquisa. Uma síntese dos resultados é apresentada na Tabela 07.

USIHC	NÚMERO DE ARTIGOS	PARTICIPAÇÃO DE SUJEITOS	ATENDIMENTO CRITÉRIOS ÉTICOS	SUBMISSÃO AO CEP
2003	21	10	0	0
2004	20	12	0	0
2005	38	21	0	0
2006	24	19	0	0
TOTAL	103	62	0	0

Tabela 01 – Número de artigos apresentados nos anais do USIHC, de acordo com os critérios analisados neste estudo.

Tabela 02 – Número de artigos apresentados nos anais do ERGODESIGN, de acordo com os critérios analisados neste estudo.

ERGODESIGN	NÚMERO DE ARTIGOS	PARTICIPAÇÃO DE SUJEITOS	ATENDIMENTO CRITÉRIOS ÉTICOS	SUBMISSÃO AO CEP
2002	24	14	0	0
2003	39	20	0	0
2004	48	29	3	0
2005	43	21	6	1
2006	102	40	4	0
TOTAL	256	124	13	1

Tabela 03 – Número de artigos apresentados nos anais do CIP - Congresso Internacional de Pesquisa em Design, de acordo com os critérios analisados neste estudo.

CIP DESIGN	NÚMERO DE ARTIGOS	PARTICIPAÇÃO DE SUJEITOS	ATENDIMENTO CRITÉRIOS ÉTICOS	SUBMISSÃO AO CEP
2003	24	14	0	0
2005	39	20	0	0
TOTAL	63	34	0	0

Tabela 04 – Número de artigos apresentados nos anais do Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design – P&D Design, de acordo com os critérios analisados neste estudo.

P&D DESIGN	NÚMERO DE ARTIGOS	PARTICIPAÇÃO DE SUJEITOS	ATENDIMENTO CRITÉRIOS ÉTICOS	SUBMISSÃO AO CEP
2000	140	35	1	0
2002	294	78	0	0
2004	242	57	5	2
2006	419	119	6	2
TOTAL	1095	289	12	4

Tabela 05 – Número de artigos apresentados na Revista Educação Gráfica, de acordo com os critérios analisados neste estudo.

Educação Gráfica	NÚMERO DE ARTIGOS	PARTICIPAÇÃO DE SUJEITOS	ATENDIMENTO CRITÉRIOS ÉTICOS	SUBMISSÃO AO CEP
1997	32	4	1	0
1998	17	0	0	0
1999	15	0	0	0
2000	14	1	0	0
2001	9	1	0	0
2002	17	0	0	0
2003	15	0	0	0
2004	14	1	0	0
2005	17	0	0	0
TOTAL	150	7	1	0

Estudos em Design	NÚMERO DE ARTIGOS	PARTICIPAÇÃO DE SUJEITOS	ATENDIMENTO CRITÉRIOS ÉTICOS	SUBMISSÃO AO CEP
1993	26	0	0	0
1994	19	0	0	0
1995	20	2	0	0
1996	11	0	0	0
1997	11	0	0	0
1998	10	0	0	0
1999	15	1	0	0
2000	15	3	0	0
2001	10	3	0	0
2002	10	3	0	0
2005	5	0	0	0
TOTAL	152	12	0	0

Tabela 06 – Número de artigos apresentados na Revista Estudos em Design, de acordo com os critérios analisados neste estudo.

	NÚMERO DE ARTIGOS	PARTICIPAÇÃO DE SUJEITOS	ATENDIMENTO CRITÉRIOS ÉTICOS	SUBMISSÃO AO CEP
USIHC	103	62	0	0
ERGODESIGN	256	124	13	1
CIP DESIGN	367	65	1	0
P&D DESIGN	1095	289	12	4
EDUCAÇÃO GRÁFICA	150	7	1	0
ESTUDOS EM DESIGN	152	12	0	0
TOTAL	2123	559	27	5

Tabela 07 – Síntese do número de artigos classificados de acordo com os critérios analisados neste estudo.

6. Discussão e Considerações Finais

A pesquisa em design no Brasil vem se caracterizando pela maturidade dessa área de conhecimento no campo científico nacional, e conseqüentemente pela ampla e expressiva participação de diferentes grupos de pesquisas, principalmente vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Por conseqüência, a produção científica, apresentada na forma de artigos, vem gradativamente evoluindo, tanto em termos quantitativos, quanto que, principalmente, em termos qualitativos.

Apesar desta evolução, tal condição demanda novos questionamentos metodológicos, entre os quais destacam-se os de ordem ético, principalmente quando há o envolvimento de sujeitos nos procedimentos empregados.

Os aspectos normativos para o atendimento ético de pesquisa envolvendo seres humanos estão estabelecidos na forma de portaria ministerial, e exigem, entre outros aspectos, o atendimento aos quatro princípios básicos (Autonomia, Beneficência, Não Maleficência, e Justiça e Equidade), bem como o emprego de termos de consentimento livre e esclarecido para todos e cada um dos participantes.

Ao analisarmos 2123 artigos científicos completos, das principais publicações na área de conhecimento do Design, podemos observar que 26,33 %, ou seja, mais de ¼ (um quarto) deles relatam a participação de sujeitos em experimento, estudo ou abordagem.

Podemos considerar, portanto, que uma fatia expressiva da pesquisa em design se dá por abordagens em que há como referência de análise, a interface humano-tecnologia, compreendendo tanto os aspectos de uso, quanto os de opinião, necessitando a participação dos agentes da utilização do produto (tridimensional, visual, virtual). Assim, independente da abordagem realizada, podemos propor que há uma expressiva demanda por consultas à comitês de ética em pesquisa.

Dos 559 artigos científicos que confirmam a participação de sujeitos, apenas 27 deles, ou seja, 4,83% desse total, relatam o atendimento a quaisquer critérios de ordem ética, como por exemplo a aplicação de “termo de consentimento livre e esclarecido”, ou uma simples autorização e/ou permissão dos participantes.

Neste caso, observa-se um baixo número de estudos que, a princípio, atenderiam as exigências mínimas de um comitê de ética em pesquisa. Isto é um reflexo do inexpressivo número de artigos que relataram a submissão do projeto de pesquisa a um comitê desta natureza, ou seja, apenas 5 artigos de um total de 559.

Tais resultados apontam que, de um modo geral, **o relato da pesquisa em design que envolve seres humanos, parece demonstrar o não atendimento a Resolução Nº 196/1996**. Por outro lado, alguns estudos indicam a preocupação dos aspectos éticos envolvidos, já que empregam termos de consentimento livre e esclarecido, ou meios similares de solicitar a permissão para a participação dos sujeitos no estudo.

De qualquer maneira, **não podemos afirmar que a pesquisa em design não atende a quaisquer critérios éticos**, já que há pelo menos dois motivos a serem considerados: primeiro, a análise aqui realizada concentrou-se em relatos de pesquisa, ou seja, artigos científicos completos, os quais poderiam ou não demonstrar tais preocupações metodológicas; e, segundo, a própria natureza de implantação da pesquisa em design, que somente agora está sendo revisada e aperfeiçoada, não proporcionaram a oportunidade do atendimento deste requisito metodológico.

Por outro lado, não podemos simplesmente desconsiderar o questionamento e os resultados apresentados neste artigo, uma vez que o estabelecimento da pesquisa em design no Brasil é fato concreto, mas o

seu fortalecimento dependerá, dentre outros fatores, de algumas das principais agências de fomento à pesquisa, a saber: CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa; FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul; FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina; Fundação Araucária do Paraná; FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais; FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia; e FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão, entre outras, as quais tem exigido que os projetos de investigação que envolvam a participação de seres humanos sejam submetidos e aprovados, anteriormente, por comitês de ética em pesquisa.

Por fim, podemos afirmar que, pela própria característica da formação do corpo de conhecimento científico no design, a preocupação com a ética nas ações é algo recente e até, por assim dizer, incipiente; entretanto, discussões éticas, desde muito, fazem parte da rotina de muitos pesquisadores.

Além das áreas jurídicas, as ciências biológicas, especialmente as ciências da saúde, por lidarem com a vida humana, sempre enfrentaram embates em muitas questões polêmicas, sendo esses profissionais constantemente solicitados a prestarem conta de suas ações. Por isso, essa área do conhecimento está sempre, e cada vez mais, preocupada com o atendimento de aspectos éticos em suas ações profissionais e científicas. Mesmo com esse cuidado, debates calorosos são constantemente travados sobre assuntos polêmicos como aborto, eutanásia, clonagem, uso de células-tronco de embriões, fertilizações artificiais, entre outros, muitas vezes mais complexos que aqueles tratados pelo designer.

Assim, o assunto tratado neste artigo parece ser um pouco anacrônico, mas a evolução da pesquisa em design parece exigir sua discussão sob um ponto de vista mais amplo e melhor fundamentado.

Data da Remessa

00/00/0000

Data da Aprovação

00/00/0000

Autores

Luis Carlos Paschoarelli é Graduado em Desenho Industrial, habilitação Projeto de Produto, e Mestre em Desenho Industrial pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP / Campus Bauru. É também Doutor em Engenharia de Produção pelo Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da UFSCar / Campus São Carlos. Atualmente é Professor Assistente Doutor no Departamento de Desenho Industrial da

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP / Campus Bauru, ministrando disciplinas no Curso de Graduação e no Programa de Pós-graduação em Desenho Industrial; e co-líder no Grupo de Pesquisa “Desenho Industrial: Projeto e Interface”. Endereço: Laboratório de Ergonomia e Interfaces – Departamento de Desenho Industrial / FAAC. Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Campus da UNESP, 17033-360, Bauru, São Paulo, Brasil. Telefone: (14) 31036143. Fax (14) 31036057. Email: lcpascho@faac.unesp.br.

Cristina do Lucio Carmo é graduada em Desenho Industrial, habilitação Projeto de Produto, e mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenho Industrial da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP / Campus Bauru, Bolsista da PROPG-UNESP, atuando no Laboratório de Ergonomia e Interfaces do Departamento de Desenho Industrial da referida unidade. Endereço: Laboratório de Ergonomia e Interfaces – Departamento de Desenho Industrial / FAAC. Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Campus da UNESP, 17033-360, Bauru, São Paulo, Brasil. Telefone: (14) 31036143. Fax (14) 31036057. Email: cristinalucio@uol.com.br

Bruno Montanari Razza é graduado em Desenho Industrial, habilitação Projeto de Produto, e mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenho Industrial da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP / Campus Bauru, Bolsista da FAPESP (Proc. 05/58600-7), atuando no Laboratório de Ergonomia e Interfaces do Departamento de Desenho Industrial da referida unidade. Endereço: Laboratório de Ergonomia e Interfaces – Departamento de Desenho Industrial / FAAC. Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Campus da UNESP, 17033-360, Bauru, São Paulo, Brasil. Telefone: (14) 31036143. Fax (14) 31036057. Email: brunorazza@uol.com.br

Danilo Corrêa Silva é Graduando em Desenho Industrial, habilitação Projeto de Produto, pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP / Campus Bauru, Bolsista na FAPESP (Proc. 06/55891-3), atuando no Laboratório de Ergonomia e Interfaces do Departamento de Desenho Industrial da referida unidade. Endereço: Laboratório de Ergonomia e Interfaces – Departamento de Desenho Industrial / FAAC. Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Campus da UNESP, 17033-360, Bauru, São Paulo, Brasil. Telefone: (14) 31036143. Fax (14) 31036057. Email: danilodesign2005@gmail.com

José Carlos Plácido da Silva é Graduado em Desenho Industrial, habilitação Projeto de Produto pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP / Campus Bauru. É Mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Doutor em Ciências pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Atualmente é Professor Titular no Departamento de Desenho Industrial da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP / Campus Bauru, ministrando disciplinas no Curso de Graduação e no Programa de Pós-graduação em Desenho Industrial; e co-líder no Grupo de Pesquisa

“Desenho Industrial: Projeto e Interface”. Endereço: Laboratório de Ergonomia e Interfaces – Departamento de Desenho Industrial / FAAC. Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Campus da UNESP, 17033-360, Bauru, São Paulo, Brasil. Telefone: (14) 31036143. Fax (14) 31036057. Email: placido@faac.unesp.br.

Referências Bibliográficas

ABRAÃO, B.S. **História da Filosofia**. São Paulo: Nova Cultural; 1999.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução Nº 196, de 10 de outubro de 1996**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/docs/Resolucoes/Reso196.doc>. Acessado em: 10 de janeiro de 2007. 9p.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. Tradução de Luciana Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Bookman, 2003.

LADRIÈRE, J. **Ética e pensamento científico** – a abordagem filosófica da problemática bioética. São Paulo: Letras & Letras, 1994.

SANTOS-DUMONT, A. **O que eu vi, o que nós veremos**. São Paulo: Hedra, 2000. 151p.

ZAJDSZNAJDER, L. É a ética uma ciência? In: **Desafios éticos**. ASSAD, J.E. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1993, 292p.